



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

DISCUSSÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE: UM BREVE RELATO DO PRIMEIRO CURSO DE EXTENSÃO LUTA ANTIMANICOMIAL E FEMINISMOS

Luiza Cristina Rodrigues Silva¹
Maria Gabriela Garcia de Almeida²
Melissa de Oliveira Pereira³
Priscila Fernandes da Silva⁴
Rachel Gouveia Passos⁵

Resumo: Este trabalho trata sobre a primeira turma do “Curso de Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira”. Planejado na perspectiva da educação popular, objetivou ampliar o debate com as trabalhadoras, usuárias, familiares e militantes da saúde mental na defesa de uma sociedade sem manicômios.

Palavras-chave: Saúde Mental; Gênero; Raça; Classe.

Abstract: This paper deals with of the first group of the course “Anti-Asylum fight and Feminisms: gender, race and social class debates to the Brazilian Psychiatric Reform”. Planned in the perspective of popular education in order to broaden the debate on the issue among workers, users, family members and mental health advocates in defense of a society without asylums.

Keywords: Mental Health; Gender; Race; Class.

Introdução

Este artigo pretende abordar a experiência da primeira turma do “Curso de Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira”. O projeto de extensão, desenvolvido no primeiro semestre de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, foi planejado sob a perspectiva de fomentar o debate acerca da luta antimanicomial, partindo da interface com as relações de gênero, raça e classe e adotando a educação popular como estratégia. Foi, ainda, idealizado devido à crescente demanda pela ampliação do debate, ora pelo crescimento do tema no cenário internacional

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: prika.sfernandes@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: prika.sfernandes@gmail.com.

³ Professor com formação outra áreas, FIOCRUZ. E-mail: prika.sfernandes@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: prika.sfernandes@gmail.com.

⁵ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: prika.sfernandes@gmail.com.

e nacional, ora pelas denúncias de racismo, machismo, violência, assassinato etc., que envolvem a população atendida pela política de saúde mental, além do aumento do consumo de psicotrópicos relacionados ao sofrimento produzido pelas desigualdades.

A proposta inédita apresenta como objetivo central possibilitar a ampliação do debate com as trabalhadoras, usuárias, familiares e militantes inseridas no campo da saúde mental. Trata-se de uma parceria entre a UFRJ, a UFPB e a Rede Feminista Antiproibicionista (Renfa), uma vez que o tema ainda está ganhando escopo no meio acadêmico e nos coletivos que defendem a Reforma Psiquiátrica brasileira. Esta é entendida por nós como a luta por “uma sociedade sem manicômios”, visto que estes, como instituições da violência, reforçam a representação social da loucura e sustentam um arcabouço histórico de múltiplas opressões e explorações (PEREIRA; PASSOS, 2017).

De acordo com Basaglia (2005), as instituições da violência – prisões, escolas, família, manicômios, etc. – são a expressão do desejo por excluir aquilo que é desconhecido e lhe causa temor, sendo o manicômio a representação do lugar onde a psiquiatria, como responsável por revelar a doença, exerce o controle médico e social sobre o ser excluído. Assim, “o manicômio não fez mais do que pegar essas pessoas indesejáveis e comprimi-las nas instituições, numa espécie de morte civil. Essa é ainda a terapia dos manicômios” (BASAGLIA, 1979, p. 20).

Nesse caminho, objetivamos compartilhar com a comunidade o conhecimento que temos produzido na universidade, além de nos aproximarmos dos limites e desafios vivenciados pelos atores que constroem a política de saúde mental, álcool e outras drogas no cotidiano dos equipamentos que atendem a população. Os relatos registrados a seguir são referentes à primeira turma do curso, que esteve vigente entre os meses de março e maio do presente ano, tendo suas atividades realizadas por meio de aulas expositivas, sendo utilizadas dinâmicas de grupo e recursos audiovisuais.

1. O acesso à universidade pela via da extensão: o diálogo com a comunidade

Entende-se que, em tempos de forte ofensiva reacionária contra a democracia e a pluralidade social através de constantes ataques aos direitos, torna-se ainda mais urgente articular um movimento com vistas a “avançarmos com as desconstruções das opressões/exploração das mulheres em sua relação com a loucura, com o racismo, com a lesbiofobia e com a transfobia” (PEREIRA; PASSOS, 2017, p. 27) e, para isso, integrar ao debate os sujeitos que sofrem diretamente essas opressões é imprescindível.

Por isso, através da extensão universitária e adotando a educação popular como estratégia, buscou-se promover a articulação entre os profissionais, coletivos e movimentos sociais da área da saúde mental, ampliando o debate da luta antimanicomial em interface com as relações de gênero, raça e classe. Nesse cenário, a participação ativa das alunas, tanto na realização das dinâmicas propostas quanto na troca de experiências pessoais ao compartilharem semanalmente situações vividas de acordo com suas particularidades, foi fundamental para obtermos a resposta positiva em relação ao objetivo pretendido.

A temática abordada no curso versa conteúdos como: a luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades, racismo, psiquiatria, mulheres negras, processos de subjetivação e sofrimento psíquico, Sistema de Justiça e as relações de gênero, raça e classe, mulheres e a política de drogas, e experiências emancipatórias com mulheres. Ao adotar o tema luta antimanicomial e feminismos, criam-se questionamentos que perpassam o entendimento acerca da saúde mental nos mais variados campos de saber e atuação. Convoca-se a pensar e discutir a realidade de vida das mulheres, que é interseccionalizada “pelas relações de gênero, raça e classe e que ganham, ainda, contornos influenciados pelas questões étnicas, de orientação sexual, identidade sexual, religião, entre outras” (PEREIRA; PASSOS, 2017, p.26). Cabe sinalizar que tivemos a contribuição de diversas professoras e militantes não só do Serviço Social, mas também do Direito e da psicologia, militantes e profissionais da Rede de Saúde/Saúde Mental e do Sistema de Justiça.

A comissão organizadora do projeto, composta por discentes voluntárias da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuaram diretamente no planejamento, construção, organização e viabilização das atividades desenvolvidas, sendo a comissão de execução formada também pelas professoras idealizadoras do curso. A segunda edição do curso ocorrerá no segundo semestre de 2019, na Universidade Federal da Paraíba.

Na primeira turma, foram ofertadas 50 vagas e, devido ao recorde de inscrições, que superou em vinte vezes o número de vagas disponíveis, foram construídos alguns critérios de seleção que refletem tanto propostas teóricas para o curso quanto políticas para o campo. Entre os critérios utilizados para priorizar a diversidade de perfil das alunas participantes estão: mulheres e pessoas trans e/ou não binárias; pessoas não brancas; profissionais da rede de saúde mental; profissionais de nível superior e técnico; militantes e integrantes de movimentos sociais antimanicomiais; usuárias e familiares da área da saúde mental, álcool e outras drogas; acadêmicas e estudantes. Nesse sentido, tivemos, nos últimos dias, um verdadeiro desafio na seleção de participantes. Conseguimos elevar em

dez o número de vagas e construímos alguns critérios que, acreditamos, representam tanto nossas propostas teóricas quanto políticas para o campo.

As prioridades construídas e inscritas seguiram o seguinte caminho: (1) foram selecionadas mulheres e pessoas trans e/ou não binárias; (2) 80% das vagas foram destinadas a pessoas não brancas. A partir disso, 30% das vagas foram destinadas a profissionais da rede de saúde mental, sendo 15% para profissionais de nível superior e 15% profissionais de nível técnico; 25% para militantes, com prioridade de 15% destas para movimentos sociais antimanicomiais; 30% para usuárias e familiares; 5% para acadêmicas; 5% para estudantes e 5% para “outras” pessoas que se interessam pelo debate através de caminhos diversos. Um último critério foi a residência em áreas de risco e áreas das cidades periféricas, assim como na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

O formato estipulado para a seleção das alunas foi pensar esse curso na universidade e em uma academia que vai pensar gênero, vai socializar, vai pensar raça e sexualidade. Foram diversas mulheres nas mais variadas áreas, sem formação superior, de vários estados do Brasil. O fato relevante aqui é que a maioria são mulheres negras, pessoas que talvez não teriam chance de alcançar alguma formação na universidade pública.

Outra forma de acessibilidade foi o local de realização das aulas/encontros, não sendo promovidos no campus Praia Vermelha da UFRJ, por ser de difícil acesso para a maioria e localizado na zona sul da cidade. Trabalhamos com a parceria da Casa Marx e do CRESS/RJ, que disponibilizaram seus espaços para que as aulas fossem apresentadas. Logo, o critério utilizado tanto para quem iria participar dessa atividade como para o local onde seriam ministradas as aulas foi o de viabilizar o acesso às pessoas que são invisibilizadas e subalternizadas na sociedade.

2. “Por uma sociedade sem manicômios”

Em outubro de 2015, Barbara Oliveira de Souza, pessoa com sofrimento psíquico grave e usuária de drogas, foi presa por suposta prática de tráfico e lotada na Penitenciária Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Bangu/RJ. Ela chegou grávida e foi colocada em uma cela individual, conhecida como solitária, devido a um surto psicótico. Ao entrar em trabalho de parto, pediu por socorro, em vão. Deu à luz sozinha em uma cela da penitenciária. Após o ocorrido, foi levada para um hospital próximo, tendo retornado, após três dias, para a solitária, sendo sua filha encaminhada para um abrigo municipal.

Amplamente divulgado na mídia, o caso levou ao afastamento da diretora do presídio. Engana-se quem pensa que o caso de Barbara foi isolado e está resolvido: ele é sintoma de um triste quadro vivido pelas mulheres gestantes ou com filhos pequenos encarceradas no Rio de Janeiro. Elas são em sua maioria negras ou pardas, jovens, solteiras, com baixa escolaridade, réis primárias e presas provisórias (LADIH, 2015).

Janaína Aparecida Quirino, 36 anos, pobre, negra, pessoa em situação de rua, moradora de Mococa, cidade localizada no interior de São Paulo, foi presa por tráfico de drogas e submetida a uma laqueadura sem seu consentimento. O Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme a publicação da *Folha de S. Paulo*⁶, emitiu um pedido de “esterilização coercitiva”⁷. O caso tomou notoriedade após a denúncia publicada no jornal no dia 9 de junho de 2018, na coluna de Oscar Vilhena Vieira, professor de Direito Constitucional da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tal situação mostra que, por mais que o princípio de dignidade determine que todos devam ser tratados de forma igual, com poder de defesa dos seus direitos básicos, a miséria e a marginalização inerentes às pessoas em situação de rua fazem com que esses direitos sejam totalmente ignorados.

De acordo com o levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), feito em conjunto com o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 163 pessoas trans foram assassinadas no país no ano de 2018. Segundo o relatório, os alvos desses crimes têm cor e idade: 97% são travestis e mulheres trans, 82% são pretas ou pardas, e 60,5% têm entre 17 e 29 anos. (DOSSIÊ, 2018)

Os números, divulgados em dezembro do ano passado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2016), apresentam que o Brasil é o terceiro país com mais presos no mundo. Segundo o levantamento, a população carcerária no ano de 2015 foi de 698.618. Em 2016, esse quantitativo chegou a 726.712. A comparação com outras nações só foi feita em 2015. Naquele ano, o Brasil (698,6 mil) ultrapassou a Rússia (646,1 mil) e só ficou abaixo de Estados Unidos (2,14 milhões) e China (1,65 milhão). Logo após o Brasil, vem a Índia, em quinto, com 419,62 mil detentos. Marrocos tem a menor população carcerária em números absolutos: 79,37 mil.

A literatura sobre a temática da saúde mental é marcada historicamente por uma concepção branca, europeia, heteronormativa e patriarcal. Torna-se então necessário o

⁶ Acesso realizado em 05/09/2018: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/mulher-submetida-a-laqueadura-pela-justica-diz-que-nao-queria-a-cirurgia.shtml>

⁷ Acesso realizado em 05/09/2018: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/11/janaina-a-mulher-que-foi-submetida-a-uma-laqueadura-sem-consentimento_a_23456403/

debate acerca das temáticas de machismo, racismo e LGBTfobia dentro desse campo, para debater o processo de invisibilidade dessas pessoas que são discriminadas por esta sociedade, na qual a falta de debate ocasiona a reprodução das opressões dentro do próprio cuidado em saúde mental.

Entendendo que vivemos sob o jugo do modo de produção capitalista, cuja base estrutural é formada por ideologias racistas, patriarcais e heteronormativas, compreendemos que esses corpos que são submetidos a opressões cotidianas sofrem das mais variadas formas: são as mulheres vítimas de violência sexual, assédio, mortas por abortos ilegais; é a população negra que é cotidianamente violentada, seja por uma política de extermínio, seja por privação de liberdade.

O capitalismo objetiva controlar os corpos, os comportamentos e a subjetividade, a mantê-los sob controle para o funcionamento e reprodução. Ao longo da história, foram criadas instituições e uma lógica de saber e poder para lidar com esses corpos indesejados, descartáveis para o capitalismo. Segundo Passos (2018), o manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de *apartheid* social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introjetado e reproduzido nas relações sociais.

O modelo manicomial – assentado no isolamento/internação, saber/poder médico e no hospital psiquiátrico – criou estratégias e dispositivos para sustentar sua hegemonia. Hoje, temos por exemplo as comunidades terapêuticas, que são também mantidas com financiamento público e compõem a Rede de Atenção Psicossocial. Esses estabelecimentos são em sua maioria privados e de caráter religioso; seu tratamento tem a religião como base da cura; há a medicalização dos corpos sem qualquer acompanhamento, a individualização de suas problemáticas pessoais, retirando todo o caráter coletivo das questões, que acaba culpabilizando-os pelo uso prejudicial das drogas. São por meio dessas estratégias punitivistas e de controle social que observamos a reatualização de práticas e estratégias manicomiais. Conforme apresentam Pereira e Passos (2017), as comunidades terapêuticas têm sido uma estratégia importante para tratar os considerados desvios sociais tendo como foco grupos minoritários, entre eles negras/os, pobres e a população LGBT, através da justificativa de demandas decorrentes do uso prejudicial de crack, álcool e outras drogas. O próprio Foucault, em “História da Loucura na Idade Clássica”, já nos sinalizou sobre a funcionalidade do hospício e da população que era levada para lá para ser internada e tratada.

Os movimentos sociais vinculados à saúde mental necessitam trabalhar em uma perspectiva que aborde as temáticas de gênero, raça e classe, para que possamos parar de questionar e combater as opressões, não apenas nos manicômios, mas também em toda a estrutura e organização social, seja nos modelos substitutivos, seja nos atendimentos, seja nos protagonismos dos autores/as negras/os, mulheres e LGBTs, etc.

Conclusão

Através da compreensão de que o capitalismo criou estratégias para controlar os corpos, comportamentos e subjetividades por intermédio de instituições, destacamos a lógica manicomial. Suas bases são atravessadas pelas opressões/exploração de gênero, raça, classe e sexualidade e por muito tempo ficaram invisibilizadas. É importante destacar que a psiquiatria é funcional para o silenciamento daqueles que produzem certos incômodos e precisam ser apagados. Nesse caminho, o “Curso de Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira” objetivou abordar esses processos e também trazer a público a produção de sofrimento produzida pelas opressões.

Entendendo que a lógica manicomial ultrapassa os muros do manicômio, as palestrantes e as alunas compartilharam diversas situações e casos de violações de direitos humanos, de diferentes formas de racismo, machismo e LGBTfobia que atravessam todos aqueles que não se adequam ao modelo social vigente. Por meio desse compartilhamento, torna-se possível elaborar formas de cuidado e de combate às opressões, sejam elas dentro ou fora das instituições. Nesse sentido, levanta-se a necessidade de se debater e inquietar os espaços nos quais ocupamos, pois a luta antimanicomial deve ser anticapitalista, antirracista, feminista e LGBT.

Portanto, reivindicar por “uma sociedade sem manicômios” não é apenas buscar a extinção das instituições psiquiátricas, mas também direcionar-se para a superação do modelo e da lógica manicomial, que se materializa na violência, no extermínio, na privação de liberdade, na medicalização dos corpos e comportamentos, na punição. Torna-se necessário revermos as bases não só da política de saúde mental, álcool e outras drogas, como também o campo da Atenção Psicossocial, que por muito tempo não problematizou sobre tais questões, permitindo a perpetuação da reprodução das opressões na produção do conhecimento, na formação e nas práticas. Sigamos (re)construindo resistência dentro e fora da universidade!

Referências

BASAGLIA, F. **A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil.** São Paulo: Editora Brasil Debates, 1979.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê dos assassinatos e violência contra pessoas Trans.** Abr/2019. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>> acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. Folha de S. Paulo. **Mulher submetida a laqueadura pela Justiça.** Jun/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/mulher-submetida-a-laqueadura-pela-justica-diz-que-nao-queria-a-cirurgia.shtml>> acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. HuffpostBrasil. **Mulher submetida a laqueadura pela Justiça.** Jun/2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/11/janaina-a-mulher-que-foi-submetida-a-uma-laqueadura-sem-consentimento_a_23456403/> acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. **Relatório 2016.** <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> acesso em 05 set. 2018.

BRASIL. Laboratório de Direitos Humanos. **Grávidas no Cárcere.** Disponível: <<http://vozerio.org.br/Gravidas-no-carcere>> acesso em 05 set. 2018.

FOUCAULT, M. **História da Loucura.** Brasil: Editora Perspectiva, 1972.

PEREIRA, M.O.; PASSOS, R.G. **Luta Antimanicomial e Feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica brasileira.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PASSOS, R.G. **Holocausto ou Navio Negroiro?: inquietações para a Reforma Psiquiátrica Brasileira.** Vitória: Argum, 2018.